



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14482 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

EDUCAÇÃO E FORDISMO: NORMAS DE CONDUTA NO PROGRAMA EDUCACIONAL DA ICOMI NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1960-1984)

Pollianna Pimentel Ferreira - UFPA - Universidade Federal do Pará

Kátia de Nazaré Santos Fonsêca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Norma Iracema de Barros Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

EDUCAÇÃO E FORDISMO: NORMAS DE CONDUTA NO PROGRAMA EDUCACIONAL DA ICOMI NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1960-1984)

Resumo: O tema versa sobre Trabalho/Educação e o *objeto de estudo* é o programa educativo icomiano, que corporifica o modelo fordista de produção e regulação social, conexo à política de educação tecnicista, implantado no Território Federal do Amapá (TFA) pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), a partir de 1960. O *problema* indaga: de que forma as normas de conduta presentes no programa educacional da ICOMI concorreram à concretização do modelo de desenvolvimento fordista no TFA? O *objetivo* foi investigar como as normas de conduta prescritas no modelo de educação icomiano influenciavam no desenvolvimento econômico-social do TFA, de modo a atender aos interesses do capital. A *base teórica* vem de Aguiar (2012); Behring e Boschetti (2014); Harvey (2017); Kuenzer (2011); Manacorda (2010); Nunes (2010); Paz (2011); Piana (2009); Pinto (2010); Romanelli (1999); Silva (2007) e Shiroma *et al.* (2011). A *metodologia*, inspirada em Evangelista (2012); Evangelista e Shiroma (2018); Flick (2009), define-se como abordagem qualitativa, sendo o método de análise o Materialismo Histórico-Dialético e a pesquisa do tipo documental. Os *resultados* indicam que a educação icomiana foi forjada em diretriz elitista e excludente, atendendo principalmente aos interesses do capital.

Palavras-chave: Trabalho/Educação, Educação e Fordismo, ICOMI, Território Federal do Amapá.

Este estudo deriva de Mestrado em Educação e aborda na temática a relação entre normas

de conduta presentes em programas educacionais e a concretização do Fordismo, com foco no projeto educacional icomiano, que vigorou entre 1960-1984 no TFA, ocupando lugar de destaque no campo econômico, político, social e cultural. O objetivo foi investigar como as normas de conduta prescritas no modelo icomiano influenciavam no desenvolvimento econômico e social do TFA, de modo a atender aos interesses do capital.

Com ancoradouro em distintas fontes de consulta, os fundamentos teóricos da pesquisa utilizam-se da linha do tempo para demarcar o objeto central da investigação – Programa Educacional da ICOMI no Território Federal do Amapá. Registros históricos indicam que a ICOMI*, originalmente uma empresa modesta do Estado de Minas Gerais, marcou sua presença na Amazônia amapaense por quase 40 anos (1947-1983). Trazendo como máxima que o trabalho era o motivo de sua existência, afirmava que suas ações transformariam “um bem inerte no meio da selva amazônica” em verdadeiro dom da Natureza, capaz de gerar grandes benefícios para o Brasil e para os brasileiros. (ICOMI, 1983, p. 2).

Conforme discursos de governantes e empresários do Amapá, a chegada da ICOMI à Amazônia nos anos 1940 significava a chance de sair da “cômoda posição de mera expectadora do exuberante espetáculo visual, a um melhor conhecimento e conseqüente aproveitamento da potencialidade econômica de uma área tão desconhecida quanto promissora.” (ICOMI, 1983, p. 3). Janary Gentil Nunes, primeiro Governador do TFA (1944-1955), buscou superar a tradicional produção de subsistência, identificada como fator de “atraso”, e deu atenção especial à área da extração mineral, por ser uma atividade economicamente rentável.

Em contraposição aos termos laudatórios do Governador, Nunes (2010), Paz (2011) e Silva (2007) argumentam que os planos desenvolvimentistas icomianos foram marcados pela falta de apreço à população local e à sua cultura, buscando enquadrá-la como mão de obra –e nada mais –, nas exatas balizas do capitalismo industrial. Sob a ótica desses autores, na verdade, a ICOMI visava tão somente atingir a acumulação de capital, por meio da exploração das jazidas de manganês situadas em Serra do Navio, então Distrito de Macapá/capital do TFA, que culminou em controle social sobre trabalhadores e familiares, de forma extensível à comunidade local.

A partir de 1957, a ICOMI iniciou as atividades de mineração, com promessa de transformar radicalmente a economia do então Território, produzindo dividendos extensivos ao País. (ICOMI, 1983). Nesse cenário a Educação foi estratégia de assimilação territorial, sendo o projeto educacional icomiano o fio condutor, modelado nas bases principiológicas do Fordismo – modelo produtivo norte-americano, assentado no Brasil desde os anos 1930, voltado à produção econômica em grande escala, para gerar objetos de consumo de massa. Tal modelo econômico buscava a “limpeza” dos locais de trabalho e da mente dos trabalhadores, além da “extrema simplificação e uniformização do trabalho a um plano que possibilitasse automação mais abrangente, elevando, por fim, o controle do ritmo de trabalho a uma cadência única e previamente determinada para milhões de mãos.” (PINTO, 2010, p.

40).

Esse *modus* de regulação levou os assalariados icomianos a um processo de disciplinarização de corpos e mentes, com intuito de otimizar tempo e energia devotados ao trabalho produtivo (HARVEY, 2017). O resultado foi a elevação da renda, com melhores salários pagos em função do crescimento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais. (PINTO, 2010). Esse sistema buscou reorganizar o gerenciamento da força de trabalho do homem amazônico, aplicando a divisão técnica do trabalho entre os vários agentes envolvidos.

Nos idos de 1960, as políticas públicas estiveram inseridas no contexto de um projeto societário de ideologia desenvolvimentista e de modernização conservadora. Isso marcou a política educacional brasileira, que passou a ser pensada como parte dos planos econômicos globais, abraçando as deliberações do desenvolvimento econômico capitalista. Daí emergem os binômios: Educação/Desenvolvimento e Educação/Trabalho, taticamente delineados por medidas legais, “num esforço comprometido com a necessidade de ordenar e normalizar a questão educacional, incorporando-a a preceitos da ideologia desenvolvimentista presente no projeto econômico nacional” (AGUIAR, 2012, p. 3). Na Ditadura Militar amplas reformas foram empreendidas no ensino (1960-1970), correspondendo a uma “modernização administrada”, cujo objetivo era o de conter movimentos sociais que perturbassem o processo de adaptação econômica e política imposto ao País. (SHIROMA *et al.*, 2011, p. 28).

Durante os anos 1980 houve uma reestruturação produtiva, no afã de superlucros. O novo projeto econômico burguês levou ao recrudescimento da mais-valia, por meio da “superprodução, associada à superacumulação.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2014, p. 117). Em análise a esse cenário, Piana (2009) o estende ao campo educacional, citando que diferentes agentes – públicos e privados – passaram a colaborar com o plano político-econômico instalado.

Quanto à metodologia, recorreu-se à pesquisa do tipo documental, com abordagem qualitativa, sendo o método de análise o Materialismo Histórico-Dialético. Assim, lançou-se mão de certidões de nascimento, fichas de matrícula e de avaliação dos alunos, relatórios, atas e projetos educacionais da ICOMI, o que possibilitou conexão entre pesquisador e sujeitos do estudo, permitindo entrever, na análise da política de educação icomiana, as determinações históricas presentes na realidade que se configurou no então TFA, em pleno coração da Amazônia brasileira. Evangelista (2012) diz que os documentos citam discursos que não são aleatórios, e devem ser vistos como resultados de práticas sociais e expressão da consciência humana em dado momento histórico. Evangelista e Shiroma (2018, p.1) reafirmam a concepção de que no estudo de documentos em políticas educacionais, é possível aferir a relação trabalho/capital e o papel que o Estado ocupa nesse cenário, sendo a Educação uma totalidade constitutiva da totalidade social, que em sua unidade dialética com a sociedade capitalista é determinada pelas relações sociais de produção.

No que tange à abordagem qualitativa, Flick (2009, p. 20) entende que seu emprego permite captar a particular relevância do estudo das relações sociais em contexto de marcante complexidade. No caso da pesquisa em foco, esse tipo de abordagem revelou “a crescente individualização das formas de vida”, que reproduzia desigualdades sociais típicas do mundo do trabalho capitalista, afetando o mundo da educação. Tal procedimento metodológico traduz o fito de problematizar a nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos, formas de vida e normas de conduta impostas pelo projeto educacional icomiano.

Na análise e discussão de resultados apurou-se que no projeto icomiano desenvolvido na Escola de Vila Amazonas (ESVAM), diversas crianças, jovens e adultos permaneceram excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva (PIANA, 2009). A prioridade era a formação técnica, para atendimento ao mundo do trabalho e demandante do “capital humano”. Essa era a substância de tal programa educativo, que reverberou práticas compatíveis com os interesses do trabalho industrial, em alinhamento aos moldes fordistas de produção. Nesse contexto, Escola e trabalho passaram a dialogar estreitamente, solapando então a cultura local.

Para firmar tal plano econômico, a ICOMI precisou conquistar o consentimento ativo da sociedade amapaense, no que diz respeito ao processo de mineração do “ouro negro da Amazônia”, que se desenvolvia em Serra do Navio, em atendimento aos interesses do capital estrangeiro. Assim é que, a educação icomiana, presente dentro e fora dos muros da Escola, moldou e cooptou trabalhador e familiares com a linha de produção em série, orquestrando as funções especializadas.

Os trabalhos educacionais foram delineados para atender a esses propósitos, fomentando a vida em família, o trabalho disciplinado e técnico, o controle social rígido do operariado. Introduziu-se a figura do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador. No liame Educação/Trabalho “tanto o trabalhador-estudante como o estudante-trabalhador são uma figura moderna, ligada ao desenvolvimento contemporâneo da fábrica e da escola, em cujo processo a fábrica é a força motora e a escola é movida.” (MANACORDA, 2010, p. 411). O Estado, por sua vez, standardizou esse tipo de Educação, como redentora nacional, resultando no fortalecimento da privatização do ensino em detrimento da escola pública.

A título de considerações finais se destaca que diante do contexto socioeconômico e político-educacional retratado, o programa instituído no TFA pela ICOMI atendia às normativas nacionais vigentes à época, alinhadas às grandes indústrias e ao acúmulo de capital. A industrialização impunha um “novo homem produtivo” e o programa educacional icomiano buscou fazer com que o resultado de suas escolas elementares estivesse de acordo com a formação dos recursos humanos que o mercado exigia. Nesse viés, Romanelli (1999, p. 59) afirma que o capitalismo, notadamente o do tipo industrial, “engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que esta produção acarreta”. Categórica, a autora afirma que “onde se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e

da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho.”

Assim, com base em Kuenzer (2011), conclui-se que as relações entre produção e educação do trabalhador icomiano, constituíram-se na distribuição desigual do saber, na adaptação e no disciplinamento cotidiano, na política salarial e na questão da qualificação profissional, em exata ligação com a Escola, contexto no qual se passou a valorizar mais o saber escolar, em desfavor do saber prático/local. Portanto, as estratégias educativas e sua eficácia no mundo do trabalho capitalista postas em prática no TFA, por meio da ICOMI, consolidaram o propósito hegemônico elitista/dominador/explorador pensado para essa parte da Amazônia, durante o período em que o marco geográfico amapaense esteve sob a vigência do estatuto jurídico-administrativo Território Federal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. Teoria do capital humano nas políticas educacionais para a educação brasileira e catarinense. **Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB**. v.7, n. 1, jan./abr. 2012. p.2-26.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Crise, reação burguesa e barbárie: a política social no neoliberalismo. *In*: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. (org.). **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 112-146.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 55-71.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: SEMINÁRIO NORTE e ENCONTRO ESTADUAL DO PARÁ/ANPAE: Gestão democrática, financiamento, direitos sociais e encolhimento do Estado brasileiro, 6. e 7., 2018, Belém. **Anais...** Belém: ANPAE, 2018, p. 1-29.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S. A. (ICOMI). **História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do navio**. Rio de Janeiro: ICOMI, 1983. v. II.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2010.

NUNES, E. D. R. **O controle social exercido pela Icomi como estratégia de uso e ação sobre o território no Amapá (1960-1975)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2010.

PAZ, A. Jr. F. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração**

industrial amazônica (1943-1964). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PIANA, M. C. **As políticas educacionais**: dos princípios de organização à proposta da democratização. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-83.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, M. L. da. **A (onto)gênese da Nação nas margens do Território Federal do Amapá**: “o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956).” Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica/SP, 2007.

* – Empresa que em 1950 associou-se à produtora de aço *Bethlehem Steel*, com objetivo de arrematar US\$ 35 milhões no *Export-Import Bank/EUA*, para a infraestrutura de Serra do Navio: minas, vilas residenciais, porto e ferrovia. (NUNES, 2010).